

Livelo S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	4
Balancos Patrimoniais	7
Demonstrações dos Resultados dos Exercícios	8
Demonstrações de Resultados Abrangentes	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto	11
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	12

Relatório da Administração

Atendendo às disposições legais e societárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

No exercício, a empresa Livelos S.A. registrou lucro líquido de R\$ 273 milhões, patrimônio líquido de R\$ 394,9 milhões e ativos totais de R\$ 3,8 bilhões.

Em 2020, trabalhamos incansavelmente para aumentar as possibilidades de escolha do nosso participante com acúmulo e resgates dos seus pontos, mostrando que somos uma empresa multicanal, com as melhores opções de produtos de catálogo, viagens, serviços, e recentemente integramos no nosso portfólio, a entrada da Livelos no mundo físico.

Para 2021, nosso modelo, escalável, dinâmico e lucrativo é capaz de oferecer a melhor experiência de acúmulo e resgate de pontos e avançaremos cada vez mais no engajamento dos nossos participantes e com a contínua melhora na proposta de valor do nosso ponto, com o lançamento de novos serviços financeiros.

Reforçamos que a estratégia da Sociedade para 2021 é a de continuar a melhoria da experiência do participante e de projetos estratégicos que garantam o crescimento sustentável de curto a longo prazo.

Ao encerrarmos o exercício social, registramos os agradecimentos da Administração aos funcionários, pela dedicação e empenho, e aos nossos clientes, fornecedores e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

A Administração

Barueri, 26 de março de 2021.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração, Acionista e Administradores da Livelos
S.A.
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Livelos S.A. ("Companhia" ou "Livelos"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Livelos S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

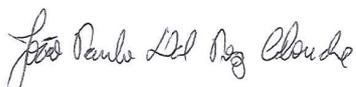
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Livelo S.A.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2020	2019	Passivo	Nota explicativa	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.213.040	2.448.358	Fornecedores		8.401	4.528
Contas a receber	5	356.188	460.453	Contas a pagar operacionais	13	117.348	146.133
Impostos a recuperar	6	66.477	48.475	Salários e encargos	14	23.973	16.668
Despesas antecipadas	7	1.875	136	Dividendos a pagar	22.d	64.955	179.661
Adiantamento a fornecedores	8	14.326	91.329	Impostos e contribuições a recolher	15	15.469	31.752
Outros créditos	9	1.383	174	Passivos contingentes	18	698	1.020
Total do ativo circulante		3.653.289	3.048.925	Obrigações com parceiros	16	3.066.489	2.566.593
Depósitos judiciais	10	19.425	14.266	Arrendamento mercantil a pagar	19	2.714	2.222
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.b	94.642	97.868	Outras contas a pagar	17	58.955	23.405
Despesas antecipadas	7	888	1.822	Total do passivo circulante		3.359.002	2.971.982
Outros créditos	9	567	21	Salários e encargos	14	2.627	1.478
Imobilizado	11	17.684	17.469	Imposto de renda e contribuição social diferidos	23. b	2.192	354
Intangível	12	710	133	Arrendamento mercantil a pagar	19	9.205	5.784
Total do ativo não circulante		133.916	131.579	Passivos contingentes	18	19.282	14.549
				Total do passivo não circulante		33.306	22.165
				Patrimônio líquido			
				Capital social	22.a	139.100	139.100
				Reserva legal	22.b	25.021	11.346
				Reserva estatutária de expansão	22.c	230.776	35.911
				Total do patrimônio líquido		394.897	186.357
Total do ativo		3.787.205	3.180.504	Total do passivo		3.787.205	3.180.504

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Livelo S.A.

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2020	2019
Receita operacional	24	2.024.518	2.245.905
Custo com resgate de pontos	25	(1.431.652)	(1.695.677)
Lucro bruto		592.866	550.228
Despesas operacionais			
Pessoal	26	(82.312)	(60.469)
Gerais e administrativas	27	(193.091)	(191.354)
Outras receitas / (despesas)	28	564	(144.211)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		318.027	154.194
Receitas financeiras	29	101.420	128.697
Despesas financeiras	29	(21.737)	(6.737)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		397.710	276.154
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	23.a	(119.151)	(134.774)
Diferidos	23.a	(5.064)	47.737
Lucro dos exercícios		273.495	189.117
Lucro por lote de mil ações em R\$		1,9662	1,3596

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Livelo S.A.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultado dos exercícios	<u>273.495</u>	<u>189.117</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u><u>273.495</u></u>	<u><u>189.117</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Livelo S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

			Reservas de lucro			Total do
	Nota	Capital	Reserva	Reserva de	Lucro dos	patrimônio
	explicativa	social	legal	capital	períodos	líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018		139.100	1.890	26.933	-	167.923
Lucro do exercício		-	-	-	189.117	189.117
Reserva legal	22.b	-	9.456	-	(9.456)	-
Dividendos não distribuídos (AGO 30.04.2019)	22.c	-	-	8.978	-	8.978
Dividendos propostos	22.d	-	-	-	(179.661)	(179.661)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		139.100	11.346	35.911	-	186.357
Lucro do exercício		-	-	-	273.495	273.495
Reserva legal	22.b	-	13.675	-	(13.675)	-
Reserva estatutária	22.c	-	-	194.865	(194.865)	-
Dividendos propostos	22.d	-	-	-	(64.955)	(64.955)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		139.100	25.021	230.776	-	394.897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Livelo S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro dos exercícios		273.495	189.117
Ajustes ao lucro líquido			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.a	5.064	(47.737)
Depreciações / amortizações	27	6.180	4.668
Perdas na alienação do imobilizado e intangível	11	736	-
Provisão para perdas		(140.246)	144.211
Passivos contingentes		4.411	5.425
Juros sobre arrendamento	19	806	-
(Aumento) / redução nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber		103.790	(126.387)
Impostos a recuperar		(173.000)	(79.389)
Impostos pagos		154.998	103.151
Despesas antecipadas		(805)	(1.017)
Adiantamento a fornecedores		217.723	308.710
Outros créditos		(1.755)	(86)
Depósitos judiciais		(5.159)	(6.797)
Fornecedores		3.873	(8.342)
Contas a pagar operacional		(28.785)	103.683
Salários e encargos		8.454	3.819
Impostos e contribuições a recolher		(16.283)	18.526
Obrigações com parceiros		499.896	498.199
Outras contas a pagar		35.551	9.547
Arrendamento mercantil a pagar	19	(3.272)	(1.336)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		945.672	1.117.965
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado e intangível		(1.329)	(2.912)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.329)	(2.912)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(179.661)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(179.661)	-
Aumento/(redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		764.682	1.115.053
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial		2.448.358	1.333.305
Saldo final		3.213.040	2.448.358
Aumento/(redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		764.682	1.115.053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais)*

1 Contexto operacional

A Livelo S.A. (“Sociedade” ou “Livelo”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil que tem como acionista controlador a Elo Participações Ltda. (“EloPar”) (que tem como controladores finais Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A.). O endereço registrado do escritório da Sociedade é Alameda Xingu, 512, 1º andar, edifício “Condomínio Evolution Corporate” - Barueri, São Paulo.

A Sociedade e tem como objetivo: (a) comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito de programas de fidelização de clientes; (b) a comercialização de obrigações decorrentes de pagamentos de prêmios no âmbito de programas de fidelização de clientes; (c) o desenvolvimento e integração de programas de fidelização de clientes em razão de relacionamento com a Sociedade e/ ou seus parceiros; (d) a criação de banco de dados de pessoas físicas e jurídicas; (e) a obtenção e gerenciamento de informações transacionais referentes a hábitos de consumo; (f) o credenciamento de pessoas jurídicas, fornecedoras de bens e/ou prestadoras de serviços; (g) o desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; (h) a implantação, administração e demais atividades relativas a programas promocionais, programas de incentivos, fidelização e/ou bonificação de vendas; (i) comércio de bens e produtos, incluindo, porém não se limitando, a sua importação e a exportação, além da aquisição de itens e produtos direta ou indiretamente relacionados a consecução das atividades acima descritas, devendo seu estoque ser mantido em estabelecimento de terceiros; e (j) a Participação e representação de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras como sócia, acionista ou quotista.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26 de março de 2021.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

As estimativas e premissas que possuem riscos significativos de ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos estão apresentadas abaixo:

- *Breakage*:

Receita de pontos não resgatados, ou seja, pontos que expiraram, sendo que a estimativa de cálculo do *breakage* é realizada de acordo com os pontos faturados. A vida média dos pontos é de 24 meses, não havendo o resgate é gerada a receita de *breakage*.

- Realização dos créditos e débitos tributários:

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Sociedade na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

- Perda de crédito esperada:

A Sociedade avalia anualmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.

- Avaliação das provisões de contingências trabalhistas, cíveis e tributárias:

A Sociedade possui processos trabalhistas, cíveis e tributárias em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a constituição das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

3 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que apresentam liquidez diária e vencimentos de até 90 dias da data da aplicação inicial e, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate se feitos de forma antecipada, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

b. Instrumentos financeiros

A Sociedade classifica ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado.

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros.

b.1 Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; ou VJR. A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados, em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Sociedade pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isto inclui todos os ativos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros.

- ***Ativos financeiros mensurados a VJR***

Estes ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

- ***Ativos financeiros a custo amortizado***

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- ***Instrumentos de dívida ao VJORA***

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

- ***Instrumentos patrimoniais ao VJORA***

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para

o resultado.

b.2 Impairment de Ativos financeiros

O CPC 48 aborda um modelo de perda de crédito esperada. O modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações).

Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Sociedade mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data de apresentação; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

A Sociedade optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro decorrente de suas operações comerciais aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Sociedade considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isto inclui informações e análises quantitativas e qualitativas por métodos de modelagem, com base na experiência histórica da Sociedade, na avaliação de crédito e considerando informações *forward-looking*.

A Sociedade presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Sociedade considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito à Sociedade, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

A Sociedade considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposta ao risco de crédito.

- **Mensuração de perdas de crédito esperadas**

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As

perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Sociedade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetivas do ativo financeiro.

▪ ***Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito***

Em cada data de apresentação, a Sociedade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação de crédito” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

b.3 Classificação dos instrumentos financeiros por tipo de mensuração do valor justo

O CPC 46 – *Mensuração do Valor Justo* define valor justo como sendo o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Ainda de acordo com o CPC 46, os instrumentos financeiros mensurados a valor justo devem ser classificados entre as categorias abaixo:

- *Nível 1* - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- *Nível 2* - Informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e
- *Nível 3* - Dados não observáveis para ativo ou passivo.

c. Despesas antecipadas

Devem ser contabilizados nesta conta os valores pagos antecipadamente, tais como prêmios de seguros, assinaturas de periódicos, contratos de manutenção e licença, campanhas por um período determinado, entre outros valores correlatos sempre que forem pagos antecipadamente.

d. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática e telecomunicações	5 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	5 anos
Direitos de uso sobre bens	3 a 6 anos

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Intangível

Representado por bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais.

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Projetos – Desenvolvidos internos (Lei 11.638/07/CPC 04)	5 anos
Software e licenças de uso.	5 anos

f. Ágio (*goodwill*)

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

A Sociedade mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida;
- O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; mas se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição; menos o montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com a compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

Os custos de transação, que a Sociedade incorre em conexão com a combinação de negócios, são registrados no resultado conforme incorridos.

Até 31 de dezembro de 2008, os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios não são mais amortizados, porém submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável, conforme o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as projeções quanto à expectativa de recuperação dos intangíveis/ágio nas operações indicam que nenhuma provisão para perda é requerida.

g. Redução ao valor recuperável do ativo

A Sociedade avalia anualmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são registradas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (“evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros e pode ser estimado de maneira confiável.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto, onde seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

i. Ativos e passivo contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Passivos contingentes** – Os passivos contingentes classificados como perdas prováveis são reconhecidos quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade

de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

- **Obrigações legais** - As obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.

j. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Sociedade.

A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Livelo e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade. A Livelo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração, o tipo de transação.

O reconhecimento da receita reflete o volume de pontos resgatados cuja as origens são substancialmente decorrentes dos saldos de pontos dos clientes dos controladores indiretos Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A.

A receita é reconhecida pelo regime de competência. Sendo todos os itens acima avaliados e submetidos as mudanças decorrentes da adoção do CPC 47 que estabeleceu novo procedimento de reconhecimento de receitas de contratos com clientes.

k. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem substancialmente: (i) receitas de juros; (ii) despesas de juros; (iii) eventuais receitas de dividendos; (iv) ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

l. Arrendamento Mercantil

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Sociedade não possui arrendamentos que não se enquadrem na prática.

Os ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento da Livelo incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Sociedade estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

m. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e bancos	1.126	2.221
Fundos de investimentos (a)	2.693.528	1.532.915
Certificado de depósito bancário - CDB (b)	518.386	913.222
	<u>3.213.040</u>	<u>2.448.358</u>

- (a) A Sociedade possui aplicação com partes relacionadas através de fundos de investimentos, não exclusivos administrados pela BRAM – Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., que possuem liquidez diária. As cotas dos fundos de investimentos foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês. A classificação é pelo valor justo, e estão classificadas no nível 2, possuindo em 31 de dezembro de 2020 uma aplicação bruta no montante de R\$ 2.693.528 sem retenção de IR (em 31 de dezembro de 2019 - aplicação bruta de R\$ 1.535.038 com retenção de R\$ 2.123 de IR).
- (b) O certificado de depósito bancário (CDB) está classificado no curto prazo, uma vez que as operações foram efetuadas com o propósito de serem ativa e frequentemente negociadas e apresentam liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate e estão classificadas como nível 2.

As aplicações financeiras foram realizadas com partes relacionadas, conforme detalhado na nota explicativa nº 20.

5 Contas a receber

	2020	2019
Contas a receber partes relacionadas (NE 20)	320.698	410.260
Contas a receber de clientes	37.847	52.074
Provisão para perdas esperadas	(2.357)	(1.881)
	356.188	460.453

6 Impostos a recuperar

	2020	2019
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	773	27.735
Antecipação IRPJ	22.321	-
Antecipação CSLL	6.790	-
Outros (a)	36.593	20.740
	66.477	48.475

- (a) Refere-se substancialmente a valores de crédito de PIS e COFINS a recuperar que serão utilizados na redução do valor destes impostos.

7 Despesas antecipadas

	2020	2019
Contratos de manutenção	2.417	1.913
Aluguel	85	36
Patrocínio	250	-
Outros(as)	11	9
	2.763	1.958
Circulante	1.875	136
Não circulante	888	1.822

8 Adiantamento a fornecedores

	2020	2019
Compra de pontos antecipada (a)	15.797	233.558
Adiantamento a fornecedores	342	305
Provisão para perdas esperadas (a)	(1.813)	(142.534)
	14.326	91.329

- (a) Em 2020, a Livelo efetuou a reversão das provisões e conseqüentemente o reconhecimento das perdas no montante de R\$ 141.006 (nota 28).

9 Outros créditos

	2020	2019
Adiantamento a funcionários	1.949	195
Adiantamento a terceiros	1	-
	1.950	195
Circulante	1.383	174
Não circulante	567	21

10 Depósitos judiciais

	2020	2019
Devedores por depósitos em garantias fiscais	19.270	14.077
Bloqueio judicial	155	189
	19.425	14.266

11 Imobilizado

	2020			2019
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	1.965	(897)	1.068	1.241
Móveis e equipamentos de uso	2.069	(659)	1.410	1.574
Software e aplicativos	11.673	(9.554)	2.119	4.182
Equipamentos de informática e telecomunicações	544	(464)	80	152
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.858	(1.402)	1.456	1.735
Direitos de uso sobre bens	15.721	(4.170)	11.551	7.785
Imobilizado em andamento	-	-	-	800
	34.830	(17.146)	17.684	17.469

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado é conforme segue:

	Saldo final 31.12.2019	Adições	Baixas/ transferências	Depreciação	Saldo Final 31.12.2020
Instalações	1.241	22	-	(195)	1.068
Móveis e equipamentos de uso	1.574	40	-	(204)	1.410
Software e aplicativos	4.182	21	-	(2.084)	2.119
Equipamentos de informática e telecomunicações	152	-	-	(72)	80
			64		
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.735	300	-	(643)	1.456
Direitos de uso sobre bens	7.785	6.379	-	(2.613)	11.551
Imobilizado em andamento	800	-	(800)	-	-
	17.469	6.762	(736)	(5.811)	17.684

No exercício de 2020 foram realizadas baixas nos ativos imobilizados no montante de R\$ 736 (Não houve baixa de ativo imobilizado no exercício de 2019).

12 Intangível

	2020		2019	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Software e licenças de uso	1.300	(590)	710	133
	1.300	(590)	710	133

A movimentação dos saldos do intangível é conforme segue:

	Saldo final 31.12.2019	Adição	Amortização	Saldo final 31.12.2020
Software e licenças de uso	133	946	(369)	710
	133	946	(369)	710

Nos exercícios de 2020 e 2019, não foram realizadas baixas nos ativos intangíveis.

13 Contas a pagar operacionais

	2020	2019
Contas a pagar operacionais	117.348	146.133
	117.348	146.133

14 Salários e encargos

	2020	2019
Gratificações	17.978	11.907
Provisão de férias	4.452	3.026
Encargos sociais	3.486	2.188
Outros	684	1.025
	26.600	18.146
Circulante	23.973	16.668
Não Circulante	2.627	1.478

15 Impostos e contribuições a recolher

	2020	2019
IRPJ	-	8.636
CSLL	-	4.155
IRRF a recolher	1.620	1.091
COFINS	11.016	14.004
PIS	2.373	3.040
ISS	33	91
INSS	8	10
Outros	419	725
	15.469	31.752

16 Obrigações com parceiros

	2020	2019
Receita diferida de pontos (a)	2.875.824	2.469.111
Custo de resgate de pontos	189.284	96.122
Provisão pontos doados	1.381	1.360
	3.066.489	2.566.593

- (a) Refere-se ao volume de pontos acumulados que a Sociedade oferece aos seus usuários que são registrados no momento do faturamento e que não foram resgatados pelos participantes.

17 Outras contas a pagar

	2020	2019
Provisão de marketing	30.181	11.115
Desenvolvimento, manutenção e suporte (a)	20.714	5.487
Serviços profissionais	3.354	3.278
Comissão	3.931	2.394
Contas a pagar - partes relacionadas (NE 20)	626	742
Outras contas a pagar	149	389
	58.955	23.405

Refere-se substancialmente a valores de infraestrutura (banco de dados, *data center*, prevenção a fraude).

18 Passivos contingentes

Passivos contingentes

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

a. Processos trabalhistas

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter o pagamento de horas extras, comissões e reflexos, indenizações e demais pedidos passíveis de serem discutidos no Poder Judiciário sob a ótica da Consolidação das Leis do Trabalho. A provisão desses casos é feita individualmente, sempre que a perda for avaliada como provável, de acordo com a liquidação dos pedidos elencados pelo ex-empregado no processo e alterada de acordo com o andamento do processo. A constituição da provisão é realizada de acordo com a fase do processo (25% na fase inicial do processo, 50% após sentença e 100% na fase de execução).

b. Processos cíveis

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas, visando obter a indenização por danos materiais. A

provisão desses processos é feita individualmente, considerando a análise de assessores jurídicos externos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos Tribunais.

c. Obrigações legais – tributárias

A Sociedade é parte em ações que discutem a legalidade, constitucionalidade e recolhimento de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

A Sociedade é parte em processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza cível, tributária e trabalhista. A composição das provisões referentes a esses processos segue demonstrada no quadro abaixo:

	2020	2019
Tributárias	19.282	14.549
Cíveis	698	1.020
	19.980	15.569
Circulante	698	1.020
Não circulante	19.282	14.549

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Saldo final 31.12.2019	Adições	Baixas/ reversões	Saldo final 31.12.2020
Tributárias	14.549	4.733	-	19.282
Cíveis	1.020	1.178	(1.500)	698
	15.569	5.911	(1.500)	19.980

Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificando as ações de acordo com a expectativa de perda.

Anualmente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Neste contexto, temos os seguintes montantes avaliados como risco de perda possível, sendo os mesmos não reconhecidos contabilmente.

	2020	2019
Trabalhistas	239	1.010
Cíveis	2.119	1.702
	2.358	2.712

19 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos da Sociedade que estão dentro do escopo do CPC 06 (R2) são:

	Saldo Arrendamento CPC 06				Saldo final 31.12.2020
	Saldo final 31.12.2019	Adição	Aluguéis	Juros	
Arrendamento mercantil	8.006	6.379	(3.272)	806	11.919
	8.006	6.379	(3.272)	806	11.919
Circulante	2.222				2.714
Não circulante	5.784				9.205

20 Partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade operações com partes relacionadas, tais como saldos em conta corrente, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, dos bancos emissores controladores indiretos (Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A. e BB Cartões), acionista direto (Elo Participações Ltda) bem como empresas coligadas que os controladores e acionistas detêm participação acionária, tais como : Cielo S.A., Alelo S.A., Elo Serviços S.A. e o Banco Digio S.A.

	2020		2019	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Caixa e equivalentes de caixa (a)				
Banco Bradesco S.A.	1.503.791	(46.308)	1.461.858	(11.438)
Banco do Brasil S.A.	1.265.825	(24.085)	991.835	(102.978)
Banco Digio S.A.	443.424	(7.433)	-	-
Contas a receber				
Banco do Brasil S.A.	107.814	-	113.130	-
Banco Bradesco S.A.	69.105	-	126.612	-
Elo Serviços S.A.	-	-	5	-
BB Cartões	4	-	-	-
Cielo S.A.	143.775	-	170.513	-
Dividendos a pagar				
Elo Participações Ltda.	(64.955)	-	(179.661)	-
Outras contas a pagar				
Banco do Brasil S.A.	-	314	-	113
Banco Bradesco S.A.	-	927	-	693
Alelo S.A.	(3)	-	(2)	-
Elo Participações Ltda.	(623)	17.937	(740)	(15.765)

- (a) As aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários (CDB) e fundos de investimento, todos com liquidez diária estão apresentados no valor bruto.

21 Honorários dos Administradores, gratificações e previdência privada

Os honorários dos Administradores totalizaram R\$ 2.011 (R\$ 1.812 em 31 de dezembro de 2019) os quais foram apropriados ao resultado na rubrica “Despesas operacionais - pessoal”.

Aos empregados é concedida gratificação, com base nas metas da Sociedade definidas pela Presidência (Comitê de Direção), alinhada com o Conselho de Administração, e conforme regras definidas nas políticas da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para gratificação, não incluindo a Diretoria, é de R\$ 13.385 (R\$ 9.789 em 2019), apropriada ao resultado na rubrica “Despesas operacionais - pessoal”.

A Sociedade dispõe de plano de benefício previdenciário no modelo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre Empresarial), que objetiva complementar os benefícios de seus empregados e Administradores, de acordo com um benefício-alvo estabelecido. A contribuição líquida da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.241 (R\$ 806 em 2019), apropriada ao resultado na rubrica “Despesas operacionais - pessoal”.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 139.100 (R\$ 139.100 em 31 de dezembro de 2019) representado por 139.100.000 (cento e trinta e nove milhões e cem mil) de ações, sendo 69.550.000 (sessenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta mil) de ações ordinárias e 69.550.000 (sessenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta mil) de ações preferenciais.

A composição acionária da Sociedade em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte:

Acionista	2020		2019	
	Quantidade de ações	Participação %	Quantidade de ações	Participação %
Elo Participações Ltda.	139.100.000	100%	139.100.000	100%
Total	139.100.000	100%	139.100.000	100%

b. Reserva legal

Representa os montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Sociedade poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder a 30% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2020 foi constituído o valor de R\$ 13.675, totalizando a reserva legal em R\$ 25.021 (R\$ 11.346 em 31 de dezembro de 2019) adequando ao limite de 20% do capital.

c. Reserva estatutária

Em razão da manutenção da expectativa de crescimento da Sociedade e das projeções realizadas para os negócios no ano corrente, a Sociedade entende necessária a criação da reserva de expansão. A Administração acredita que o fortalecimento do capital de giro proporcionado por esta retenção conferirá

maior estabilidade financeira nas suas operações.

Em 31 de dezembro de 2020 foi constituído o valor R\$ 194.865 (R\$ 8.978 em 31 de dezembro de 2019) totalizando a reserva estatutária em R\$ 230.776 (R\$ 35.911 em 31 dezembro de 2019).

d. Dividendos

Aos acionistas é garantido o direito a dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Sociedade provisionou dividendos no montante de R\$ 64.955 em 31 de dezembro de 2020, referente à parte do lucro líquido do exercício de 2020 (R\$ 179.661 em 31 de dezembro de 2019).

23 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

Descrição	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) deduzido das participações no resultado	397.710	276.154
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	135.221	93.892
Efeito no cálculo dos tributos:		
Provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	1.500	1.844
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(47.845)	48.462
Prejuízo fiscal de IRPJ e CSLL	-	(4.989)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.064	(47.737)
Participação nos lucros - funcionários	1.593	484
Provisão para despesas de pessoal e administrativas	(24.173)	5.297
Incentivos fiscais	(4.110)	(3.359)
Outros valores (Custo de resgate de pontos/provisão para pontos doados)	56.965	(6.858)
Imposto de renda e contribuição social	124.215	87.037
Sendo:		
Impostos correntes	(3.350)	(49.924)
Impostos diferidos	127.565	136.961
	124.215	87.037

b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição dos créditos diferidos	Saldo em 31.12.2019	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2020
Provisão para contingências fiscais	4.947	1.609	-	6.556
Provisão para contingências cíveis	347	-	(110)	237
Participação nos lucros - funcionários	3.665	1.350	-	5.015
Provisão para despesas administrativas	7.766	10.094	-	17.860
Provisão para perda esperada	48.462	-	(47.846)	616
Provisão de receitas/resgate	32.681	31.677	-	64.358
	97.868	44.730	(47.956)	94.642
Prejuízo fiscal/base negativa	-	-	-	-
Total dos créditos tributários	97.868	44.730	(47.956)	94.642
Receita de atualização de depósito judicial	(354)	(1.335)	-	(1.689)
IFRS 16	-	(503)	-	(503)
Total dos passivos diferidos	(354)	(1.838)	-	(2.192)
Total líquido dos impostos diferidos	97.514	42.892	(47.956)	92.450

c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
Até 1 ano	67.688	24.610	92.298
Até 2 anos	72	26	98
Até 3 anos	19	7	26
Até 4 anos	21	7	28
Até 5 anos	-	-	-
	67.800	24.650	92.450

A constituição do crédito tributário está suportada por estudo técnico e o valor presente em 31 de dezembro de 2020, calculado considerando a taxa Selic de 2,75%, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ 89.969 (92.704 em 2019).

24 Receita operacional

	2020	2019
Receita de resgate de pontos (a)	1.890.188	2.162.335
Receita de <i>breakage</i> (b)	308.645	276.545
Receita <i>fee</i> utilização de plataforma	81	-
Receitas sobre comissão de vendas	32.706	36.855
Total	2.231.620	2.475.735
Receita bruta	2.231.620	2.475.735
Tributos	(207.102)	(229.830)
Receita líquida	2.024.518	2.245.905

- (a) A Sociedade oferece aos seus parceiros o direito de resgate por meio da emissão de pontos que são registrados no momento do faturamento, como uma receita diferida no passivo circulante em contrapartida às contas a receber. Desta forma, a receita de resgate de pontos, ocorre quando há resgate de pontos com os parceiros do programa de pontuação Livelo.
- (b) Refere-se à receita de pontos não resgatados, ou seja, pontos que expiraram, sendo que a estimativa de cálculo do *breakage* é realizada de acordo com os pontos faturados. A vida média dos pontos é de 24 meses, não havendo o resgate é gerada a receita de *breakage*.

25 Custo com resgate de pontos

	2020	2019
Operações com resgate de pontos	(1.528.511)	(1.863.240)
Serviços de hospedagem e manutenção do portal	(32.271)	(23.653)
Serviços profissionais de prevenção a fraude	(18.652)	(2.152)
Central de atendimento	-	(10)
PIS e COFINS não cumulativo	147.782	193.378
	(1.431.652)	(1.695.677)

26 Despesas operacionais - Pessoal

	2020	2019
Salários	(39.361)	(28.767)
Gratificação	(15.256)	(9.913)
Encargos sociais	(13.982)	(9.940)
Benefícios	(9.730)	(6.882)
Treinamento	(1.667)	(1.981)
Despesas diversas de pessoal	(2.316)	(2.986)
	(82.312)	(60.469)

27 Despesas gerais e administrativas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas com infraestrutura (a)	(68.462)	(94.031)
Despesas de marketing (b)	(67.641)	(52.755)
Depreciações e amortizações	(6.180)	(4.668)
Serviços de terceiros	(2.114)	(1.362)
Despesas com atividades compartilhadas (c)	(17.937)	(15.765)
Honorários profissionais	(20.884)	(13.466)
Despesas de aluguel e manutenção	(2.380)	(2.290)
Despesas com veículos, transportes e viagens	(1.145)	(3.483)
Despesas com material de escritório e assinaturas	(442)	(250)
Despesas com telefonia	(291)	(153)
Outras despesas	(5.615)	(3.131)
	<u>(193.091)</u>	<u>(191.354)</u>

- (a) Refere-se substancialmente à infraestrutura da central de atendimento e manutenção e suporte de informática.
- (b) Refere-se substancialmente à campanha de divulgação da marca por meios de comunicação.
- (c) Pagamento correspondente a atividades compartilhadas com a Elo Participações Ltda. (CAC).

28 Outras receitas/(despesas)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Provisão para perdas esperadas (a)	142.310	(144.211)
Custo venda ativo imobilizado e intangível	(736)	-
Outras despesas operacionais (a)	(141.010)	-
	<u>564</u>	<u>(144.211)</u>

- (a) A Livelo efetuou a reversão de provisões e o consequente reconhecimento de perdas no montante de R\$ 141.006 (vide nota 8).

29 Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Aplicações financeiras	93.577	114.432
Atualizações financeiras	(12)	-
Outras receitas	7.855	14.265
Total de receitas financeiras	<u>101.420</u>	<u>128.697</u>
Descontos concedidos	-	(1)
Variação cambial negativa	(102)	(7)
Despesas bancárias	(372)	(82)
PIS e COFINS sobre a receita financeira	(4.720)	(5.985)
Outras despesas	(16.543)	(662)
Total de despesas financeiras	<u>(21.737)</u>	<u>(6.737)</u>
Resultado financeiro	<u>(79.683)</u>	<u>121.960</u>

30 Gerenciamento de risco

O processo de gestão de riscos e controles está suportado por governança estruturada através dos fóruns e órgãos colegiados subordinados à Diretoria de Governança e Presidência da instituição. Este modelo é corroborado por papéis e responsabilidades definidos de maneira a firmar a segregação entre as atividades de gestão de riscos e controles que são executadas na EloPar de forma a garantir a devida independência entre as áreas de negócio e de suporte das controladas.

Os principais fóruns de acompanhamento e discussão dos riscos do grupo junto à alta direção são os Comitês de Gestão de Riscos de cada uma das controladas, e os Comitês de Riscos com os sócios controladores. São apresentados mensalmente nos Comitês os acompanhamentos dos resultados, comportamentos e riscos das diversas áreas e produtos da instituição. Este é o grupo que tem como responsabilidade garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Riscos, assegurando a efetividade do processo de seu gerenciamento.

A área conta com pessoas qualificadas para mensurar os diferentes tipos de risco, a fim de que sejam devidamente identificados, medidos, avaliados, monitorados, reportados, mitigados e controlados, com o objetivo de mantê-los dentro dos padrões aceitáveis para o grupo e de acordo com as regulamentações vigentes. Além das boas práticas de mercado, a Sociedade dispõe de estrutura para o gerenciamento do risco operacional, risco reputacional, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e gestão de capital, que trabalha de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, a fim de desenvolver e implementar eficientes métodos de mensuração e mitigação, com o uso de sistemas, metodologias e processos.

Risco de crédito

A atividade de gerenciamento de risco de crédito é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna. A Diretoria de Governança tem como diretrizes identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de crédito de contraparte proveniente de suas operações comerciais e garantir que todos os riscos possíveis de serem considerados são conhecidos e foram mitigados da melhor forma, e são aceitáveis para o grupo. Tudo com o objetivo de salvaguardar perdas no futuro, e por consequência seu capital, fazendo com que ele seja utilizado de forma segura e rentável.

A Sociedade dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar o risco de crédito com o intuito de proteger-se de um eventual risco de inadimplência das contrapartes.

Risco de mercado e liquidez

A atividade de gerenciamento de risco de mercado e liquidez é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A Sociedade está exposta no risco cambial e de taxa de juros da carteira de não negociação em decorrência de suas atividades financeiras e comerciais normais.

A Sociedade dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar os riscos de mercado e liquidez com o intuito de proteger-se de eventuais perdas que comprometam a saúde financeira da Sociedade, bem como o cumprimento de suas obrigações.

Risco operacional e reputacional

As atividades de gerenciamento de risco operacional e risco reputacional são executadas por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio

e da Auditoria Interna.

A área tem a missão de estabelecer diretrizes, implantar metodologia e ferramentas para: identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais da Instituição. A existência da área está alinhada com as melhores práticas de mercado e políticas internas da “EloPar” controladora da Sociedade.

Gestão de capital

A atividade de gerenciamento de capital é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A estrutura de gerenciamento de capital, mantém processo de monitoramento e controle, garantindo que o capital da Livelo esteja compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e com a dimensão de sua exposição a riscos.

31 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 7.908 para danos materiais e R\$ 200 para responsabilidade civil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 4.261 e R\$ 100 respectivamente).

32 Outras Informações

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o surto do novo coronavírus (COVID-19) constituiu uma emergência de saúde pública de importância internacional. As consequências do surto, incluindo as importantes decisões de governos e iniciativa privada, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem, na sua extensão, gerar impacto relevante nos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Sociedade, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras, visando a proteção dos índices de solvência e do patrimônio da Sociedade.

Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas em resposta às incertezas que se apresentaram em função do surto:

- Cuidado com pessoas: trabalho 100% remoto desde março 2020, via home office. Nossa central trabalhando de forma remota, todos com condições de realizar suas atividades.
- Focados sempre na comunicação, excelência operacional, e atenção aos nossos clientes e participantes, buscando a melhor experiência nossos produtos e serviços, melhor atendimento para nossos clientes, participantes e à sociedade, sempre com clareza das nossas ações e tratativas.
- Na Livelo, buscamos garantir e manter a consistência do nosso resultado financeiro, com a completa gestão de riscos, acompanhamento diário dos volumes, cenários de stress, modelo restritivo de despesa, planejamento e priorização dos projetos, monitoramento dos nossos clientes e indicadores chave e negociações com parceiros e fornecedores. Estivemos focados, além da sustentabilidade do negócio, no apoio e na experiência dos nossos clientes, participantes, sociedade e acionistas com a Livelo.

LIVELLO S.A.

Alexandre Rappaport
Diretor Presidente

Esther Dalmas
Diretora Executiva

Marco Aurelio de Queiroz Campos
Diretor Executivo

Marcos Antônio Ribeiro dos Santos
Contador
CRC 1SP225353/O-0

* * *